



Women in Informal Employment
Globalizing and Organizing

Saúde & Segurança Ocupacional para Comerciantes e Vendedores Ambulantes em Acra e Takoradi, Gana

Laura Alferys
Dezembro, 2009

Os relatórios da pesquisa SSO para Trabalhadores Informais, da WIEGO, têm o objetivo de aumentar o conhecimento acerca de saúde e segurança ocupacional em locais de trabalho informais. Os principais temas incluem questões institucionais da expansão dos serviços de SSO para os trabalhadores informais, a regulamentação de SSO, e a coleta de dados acerca de saúde e doenças ocupacionais entre a força de trabalho informal.

Data de Publicação: Dezembro, 2009

Número ISBN: 978-92-95095-55-7

Publicado por Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO) como parte do projeto das Cidades Inclusivas e o Fundo MDG3: Investindo em Igualdade.

WIEGO é uma Empresa Beneficente Limitada por Garantia – Empresa N° 6273538, N° de Caridade Registrado 1143510

Secretariado WIEGO

Escola Harvard Kennedy
Rua John F. Kennedy
Cambridge, MA 02138, EUA

WIEGO Limitada

Royal Exchange 521
Manchester, M2 7EN
Reino Unido

www.wiego.org

Copyright © WIEGO. Este relatório pode ser replicado para fins educacionais e de organização desde que a fonte seja reconhecida.



Reconhecimentos

Obrigado a Francie Lund, que conceituou e supervisionou a pesquisa, e a Ruth Abban e Akosua Acheampong, que apoiaram com as entrevistas e o trabalho de campo. Obrigado também ao Congresso do Sindicato de Gana e a Aliança StreetNet de Gana pela sua ajuda no estabelecimento das discussões do grupo focal.

Introdução

A Globalização facilitou o rápido crescimento no emprego informal e tem sido associada com “a geração de emprego que é frequentemente flexível, precária e insegura” (Lund e Nicholson 2003: 13). Estimativas atuais mostram que o emprego informal compreende de um e meio a três quartos do emprego não agrícola em países em desenvolvimento: 48 por cento na África do Norte; 51 por cento na América Latina; 65 por cento na Ásia; e 72 na África Subsaariana (Chen 2002). Com a exclusão da África do Sul, a divisão do emprego informal em emprego não agrícola na África Subsaariana cresce para 78 por cento (Chen 2002), tornando esta região à líder na tendência do crescimento global do trabalho informal.

Muitos trabalhos informais não são somente “flexíveis, precários e inseguros”, mas também arriscados e são localizados em lugares insalubres e perigosos. Tais ambientes de trabalho podem incluir aterros sanitários,



Foto: L. Alfers, Os perigos de Saúde encontrados em mercados em Accra, Gana, 2010.

áreas de comércio informal, beira de estradas e casas, tudo isso pode expor os trabalhadores a doenças, acidentes de trânsito, riscos de incêndio, crimes e assaltos, desconforto climático e ferimentos musculoesqueléticos. Apesar dos riscos que envolvem o trabalho informal, devido a sua natureza e localização incomum, trabalhadores informais na maioria dos países africanos agora estão protegidos pelas instituições que governam oficialmente a saúde e a segurança (SSO). Instituições convencionais SSO foram projetadas para proteger trabalhadores em ambientes formais de trabalho tais como minas, fábricas, escritórios e lojas, então não tem influência sobre as condições de trabalho em lugares mais incomuns. Parte da razão para esta incompatibilidade é que estas instituições são focadas estritamente em formas inflexíveis baseadas em modelos de países industrializados (Nuwayhid 2004; Lund e Marriot 2005). Como resultado, eles terão pouca relação significativa com os processos “complexos de mudança de categoria” que caracterizam muitos trabalhos na maioria dos países africanos (Cooper 1996: 5).

Apesar dos grandes riscos de saúde e segurança na grande e crescente economia informal, bem como a incompatibilidade institucional mencionada acima, pouca atenção tem sido dada ao tema SSO sobre risco e proteção social. Embora haja uma riqueza de informações tanto sobre os mecanismos de proteção da saúde no setor formal como no setor informal na África (tais como *mutuelles* e os novos projetos nacionais de seguridade de saúde em Gana e Ruanda), o foco tende a ser na proteção curativa ao invés de preventiva. É claro que a proteção curativa é importante, mas é igualmente importante pensar, dentro do paradigma de proteção social, em instituições e mecanismos que trabalhem para *prevenir* a ocorrência de doenças e ferimentos. Este foco é particularmente necessário no local de trabalho, porque é onde a maioria das pessoas passa uma parte significativa de suas vidas.

Para pensar sobre SSO preventiva dentro do paradigma de proteção social, entretanto, é necessário fazer mais pesquisas na área de SSO e trabalhadores informais. Pesquisa técnica dentro da disciplina SSO tem sido realizada em avaliações de pequena escala de trabalhadores na economia informal (veja, por exemplo, Mock *et al.* 2005). Entretanto, estas pesquisas em pequena escala não preenchem duas das mais importantes lacunas de informações nesta área: primeiro, a falta de informações confiáveis em larga escala, tanto em nível internacional como nacional, sobre doença e ferimentos na economia informal; e segundo, a falta de pesquisa e análise de desafios institucionais envolvendo a expansão de serviços eficazes e regulamentares de SSO para os trabalhadores informais (Lund e Marriott 2005).



Para trabalhar no preenchimento dessas lacunas de informação, a pesquisa global e a rede de defesa Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando (WIEGO) está realizando um estudo de três anos em cinco países sobre SSO e trabalhadores informais. O projeto está sendo realizado em Gana (Acra), Tanzânia (Dar Es Salaam e Zanzibar), Brasil (Salvador), Índia (Ahmedabad e Pune), e Peru (Lima).

Este documento irá discutir os resultados da primeira fase da pesquisa realizada em Acra e Takoradi, Gana. O objetivo desta pesquisa era primeiramente determinar a importância dos riscos de saúde e segurança sofridos por um setor de trabalhadores informais – comerciantes e comerciantes de rua – na área urbana, e segundo, entender melhor e analisar o contexto institucional da SSO em Gana sob a perspectiva da economia informal.

A seção seguinte mostrará a informação contextual sobre o formato e o tamanho da economia informal em Gana bem como os mecanismos de proteção social formal e informal disponíveis para os trabalhadores informais. Haverá uma breve seção sobre os métodos de pesquisa, que por sua vez será seguida por uma discussão dos resultados nesta pesquisa preliminar. O documento identificará alguns dos principais obstáculos que atualmente limitam a habilidade do governo local de Acra de instituir mecanismos eficazes de saúde e segurança em comércios e outras áreas comerciais em Acra, e farão então algumas sugestões provisórias sobre intervenções para corrigir a situação atual.

O Contexto: A Economia Informal e Proteção Social em Gana

Gana está classificado como um país de baixa renda pelo banco Mundial, com RNB per capita em 2007 em torno de US \$590 (Relatório de Desenvolvimento Mundial 2009). A incidência de pobreza era estimada em 45 por cento em uma marca de \$1 por dia em 1998/1999 (Organização de Saúde Mundial 2008). Entretanto, a tendência no princípio dos anos noventa indicou um avanço global nos níveis de pobreza. A quinta fase de Pesquisas de Padrão de Vida de Gana de 2005/6 (GLSS5 sua sigla em inglês) relatou que a proporção de ganenses descritos como “pobres” tinha caído de 39,5 por cento em 1998/99 para 28,5 por cento em 2005/6, e a proporção de pessoas descritas como “muito pobres” caiu de 26,8 por cento para 18,2 por cento entre os mesmos anos.

O país tem uma população de 23 milhões de pessoas e está sofrendo um processo fixo de urbanização (Relatório de Desenvolvimento Mundial 2009). A população urbana aumentou de 31 por cento do total dessa população em 1981 para 49 por cento em 2007 (Indicadores de Desenvolvimento Africanos 2007). É previsto que este número aumente para 55,1 por cento em 2015 (Relatório de Desenvolvimento Mundial 2009). Mais de um terço de Ganenses agora moram nas duas regiões mais urbanizadas: Ashanti (19,1 por cento) e Greater Acra (154,3 por cento) (Gya pong *et al.* 2007).

Níveis de emprego formal são muito baixos com só 8,7 por cento da força total de trabalho formalmente empregada (Heintz 2005). Proporcionalmente, o emprego informal corresponde a 91,3 por cento do emprego total com 53,9 por cento do total da força de trabalho trabalhando no setor informal agrícola e 37,4 por cento trabalhando no setor informal não agrícola (Heintz 2005). No setor não agrícola, autônomos, incluindo trabalhador por conta própria¹, corresponde a uma porcentagem mais alta do total de empregos informais femininos (37,5 por cento, dos quais 35,9 por cento são trabalhadores por conta própria) do que de empregos informais masculinos (15,8 por cento, dos quais 14,1 por cento são trabalhadores por conta própria) (Heintz 2005). Este tipo de emprego também corresponde a maior parte de empregos femininos, o que é consistente com o fato de que o mercado do comércio informal é amplamente uma profissão feminina em Gana.

¹ De acordo com a 15ª Conferência de Estatísticas Trabalhistas, trabalhadores por conta própria são definidos como “aqueles que, trabalhando por conta própria ou com um ou mais parceiros, tem um trabalho definido como ‘emprego autônomo’ e não contrataram de forma contínua nenhum ‘empregado’ para trabalharem para eles durante o período de referência.”



Tabela 1
Porcentagem do Total de Emprego Selecionado por Sexo 1998/9,
População de Empregados, 15 anos e Mais Idosos

	Mulheres	Homens	Total
Emprego formal, não agrícola			
Empregados particulares formais assalariados	0.2	0.6	0.8
Empregados públicos assalariados	1.1	3.0	4.1
Formal, autônomo	1.9	1.7	3.6
Emprego formal, agrícola			
Empregados formais assalariados	<0.1*	0.2	0.2
Emprego informal, não agrícola			
Autônomo informal	20.0	7.4	27.4
...dos quais: trabalhadores por conta própria	19.2	6.6	25.8
Trabalhadores assalariados informais	2.2	5.9	8.1
...dos quais: trabalhadores públicos assalariados informais	0.7	1.8	2.5
Famílias de trabalhadores não remunerados	1.3	0.6	1.9
Emprego Informal, agrícola			
Autônomo	16.3	22.2	38.5
Trabalhadores assalariados informais	0.2	1.0	1.2
Fazendeiros não remunerados	10.0	3.8	13.8
Outros (não classificados)	0.1	0.3	0.4
TOTAL	53.3%	46.7%	100%

* Não significativamente diferente de zero

Fonte: Heintz, J. 2005. *Emprego, Pobreza, e Gênero em Gana*. PERI Séries de Documento de Trabalho Nº. 92.

Amherst: Universidade de Massachusetts

É comumente conhecido que o trabalho informal é acompanhado por uma série de riscos— e o trabalho informal em Gana não é exceção a essa regra. Apesar deste fato, e apesar do fato que o trabalho informal domina claramente a força de trabalho, os trabalhadores informais são ignorados mais que nunca no projeto de proteção social nacional em Gana (Atim et al. 2009). O principal órgão de aposentadoria de Gana, o Fundo de Seguridade Social e Seguro Nacional de Gana (SSNIT sua sigla em inglês), foi por muitos anos acessível somente aos trabalhadores formais e sistemas de cuidados médicos do trabalho no setor formal eram o único seguro de saúde em larga escala disponível. Trabalhadores informais, portanto tinham que confiar exclusivamente em mecanismos de proteção social como arrecadação *susu* (sistemas informais de poupança em pequena escala) e redes de associação comercial.

Todavia, esta situação começou a mudar recentemente em Gana. Em 2008, o SSNIT introduziu um sistema de poupança e aposentadoria para os trabalhadores informais, e um novo Sistema de Seguridade de Saúde Nacional (SSSN) foi introduzido em 2003. Como o sistema SSNIT, o SSSN foi feito especificamente para incorporar trabalhadores informais. Isto foi possível através da fusão de uma rede de sistemas voluntários de seguro de saúde baseados em comunidade com uma autoridade centralizada e uma fonte de investimentos (como o modelo de seguro de saúde social) para que ambos garantissem a inclusão dos trabalhadores informais e facilitassem a cobertura nacional e garantissem a sustentabilidade financeira dos sistemas baseados em comunidade.²

Embora o SSSN represente um grande passo no reconhecimento das necessidades de saúde dos trabalhadores informais de Gana em termos de acesso a cuidados médicos, pouco tempo e atenção são dados às necessidades preventivas da saúde dos trabalhadores informais nos projetos de sistemas de proteção social ou na política nacional. Talvez isso não seja surpreendente considerando a falta de informações relacionadas com doenças e ferimentos no país. Embora algumas informações governamentais sobre o setor formal de ferimentos relacionados ao trabalho existam, está claro que estas informações não são confiáveis e não representativas nem mesmo para os trabalhadores formais. Para os trabalhadores informais, simplesmente não existem quaisquer informações nacionais.

Todavia, algumas informações sobre ferimentos ocupacionais e doenças em Gana estão disponíveis através dos estudos de pesquisa que foram feitos particularmente, embora pouco destas pesquisas parecesse ter focado explicitamente ou exclusivamente nos trabalhadores informais. Uma das maiores dessas pesquisas foi feita por Mock *et al.* (2005), que realizou uma pesquisa familiar de ferimentos ocupacionais entre 21.105 indivíduos tanto na área urbana como na rural de Gana. Isto mostrou que ferimentos ocupacionais tinham maiores taxas de fatalidade que ferimentos não ocupacionais e também levavam a um período muito maior de incapacidade e tempo fora do trabalho. Além disso, a despesa para o tratamento de ferimentos ocupacionais era de US \$35 em áreas urbanas e US \$14 em áreas rurais, o que é alto considerando que um ganense recebe em média menos que GH¢1.10 (US \$0.8) por dia.

² Para mais detalhes sobre o SSSN e trabalhadores informais, veja Alferts, L.2009. *Estudo de Caso de Proteção Social da WIEGO: O Sistema Nacional de Seguridade de Saúde de Gana*. Disponível para download em: <http://wiego.org/publications/wiego-social-protection-case-study-ghana-national-health-insurance-scheme>



Está claro nos resultados do estudo acima que ferimentos ocupacionais causam maiores problemas financeiros para muitos trabalhadores pobres – eles permanecem mais dias sem trabalhar e custam mais caro para serem tratados. Infelizmente, não foram encontrados estudos similares em larga escala sobre saúde ocupacional em Gana. Entretanto, dois estudos sobre saúde da mulher em Gana sugere que fatores ocupacionais desempenham um grande papel na saúde feminina. O estudo de Avotri e Walter (1999) na região de Volta sugeriu que um número significativo de mulheres sofre de problemas de saúde psicológicos descritos pelos participantes do estudo como “pensando demais” ou “se preocupando demais”. A fonte da maioria desta preocupação parece ser o papel do trabalho desempenhado pelas mulheres. Carga horária de trabalho pesada e insegurança financeira contribuem para a ansiedade das mulheres, o que por sua vez estava ligado ao cansaço, insônia e dores no corpo que muitas delas descrevem como dificuldades crônicas de saúde (Avotri e Waters 1999). Estas descobertas são confirmadas pelo Estudo da Saúde Feminina de Acra feito por Hill *et al.* (2007). O estudo descobriu que a “dor” era predominante entre as mulheres nos departamentos de ambulatório nos hospitais. Vários tipos de dores frequentes relatadas incluíam dores nas articulações, dores crônicas nas costas, dores musculares, articulações rígidas. Os autores atribuem a alta incidência de dores ao trabalho pesado, sugerindo novamente que os fatores do trabalho ocupacional desempenham um papel importante na saúde das mulheres.

Embora nenhum dos estudos acima foque explicitamente em trabalhadores informais, o fato de que mais de 90 por cento dos trabalhadores de Gana trabalhem informalmente significa que era provável que uma grande proporção da população geral pesquisada fosse de trabalhadores informais. Com este contexto em mente, o estudo atual procurou a) descobrir mais sobre os tipos de doenças e ferimentos ocupacionais vivenciados por um grande grupo ocupacional dentro da economia informal em Gana – os comerciantes e comerciantes de rua b) considerar o que as instituições existentes, se existirem, poderiam fazer para ajudar a corrigir as necessidades de SSO destes trabalhadores.

Métodos de Pesquisa

Métodos de pesquisa qualitativa participativa foram usados durante um período de dois meses no final de 2009 em Acra e Takoradi. Seis grupos focais de discussão foram realizados com comerciantes de vários mercados destas cidades. Participantes do grupo focal incluíam representantes do Mercado de Makola, o Shopping Center para Pedestres, e a Junção Zongo, todos em Acra e nos mercados de Takoradi. As associações comerciais destes quatro mercados criaram uma federação chamada Aliança StreetNet de Gana (SGA sua sigla em inglês), uma afiliada do Congresso do Sindicato Comercial de Gana (GTUC sua sigla em inglês). O GTUC e a SGA ajudaram no acesso as associações comerciais individuais.

Trinta e sete comerciantes foram entrevistados durante a pesquisa. Os participantes incluíam comerciantes de mercado, comerciantes de rua, e comerciantes que se moviam entre o mercado e as ruas aproveitando as pessoas que por ali passavam. Em Acra, os participantes vinham do Mercado de Makola na parte central de Acra, o Shopping Center para Pedestres localizado no Circulo de Kwame Nkrumah também na parte central de Acra, e a Junção Zongo – um local de comércio localizado entre uma junção ferroviária e uma rua principal em Madina no extremo nordeste da cidade. Os participantes de Takoradi vinham do mercado central em Takoradi, que é a maior cidade na Região Ocidental de Gana.

Apenas metade (20) dos participantes eram mulheres. Comerciantes femininas ocuparam uma variedade de setores diferentes dentro da economia de cada mercado. Estes setores incluíam os seguintes: venda por atacado de produto têxtil; venda de sapatos; venda geral de vestimentas (têxteis, roupas e sapatos); venda de carne, peixe e *kenkey* (milho fermentado ou mandioca cozida em uma casca de milho ou folha de bananeira); e linhas e mercadorias domésticas. Os participantes masculinos eram envolvidos na venda de sapatos, roupas masculinas usadas, joias, e aparelhos eletrônicos.

Comerciantes masculinos que eram envolvidos na venda de roupas masculinas usadas, joias e aparelhos eletrônicos estavam entres os que recebiam mais de todos os grupos. Entretanto, a venda por atacado de têxteis tem sido historicamente um dos mais lucrativos setores da economia informal ganense (Robertson 1983), e isto continua hoje – a venda por atacado de têxteis feminina foi significativamente melhor que a masculina. Isto foi particularmente no caso dos vendedores masculinos de sapatos da Junção Zongo, que, como comerciantes de rua, não tinham



acesso às barracas do Mercado vizinho de Madina. Todavia, também eram as comerciantes as mais pobres participantes – os vendedores de alimentos e aqueles que comercializavam mercadorias domésticas básicas tais como panos de prato, toalhas e lenços ganhavam bem menos que os outros participantes.

Quatro dos seis grupos focais foram realizados nos próprios mercados—dois em barracas dos comerciantes e dois nos escritórios do mercado. Os primeiros dois grupos focais foram realizados na sala de reunião do GTUC no centro de Acra. Durante estas discussões iniciais, foi descoberto que as comerciantes tinham mais dificuldade que os comerciantes de viajarem para participar nas sessões, e, como consequência, esses dois grupos iniciais foram dominados por homens. Em uma tentativa de incluir mais mulheres, foi tomada a decisão de realizar estes grupos nos mercados, facilitando a participação delas.

Esta decisão foi considerada importante. Não só mais mulheres participaram como a mudança de localização permitiu que os comerciantes conduzissem os pesquisadores pelo mercado no final das discussões para apontar os riscos de saúde e segurança discutidos durante a sessão. Esta foi uma técnica para reunir informações extremamente útil – em alguns casos os participantes ficavam mais a vontade para mostrar os problemas para os pesquisadores do que conversar sobre seus detalhes, e desta forma a equipe reuniu uma quantidade importante de informações adicionais.

Duas técnicas importantes que foram usadas durante as discussões do grupo focal foram “cartões de risco” e a “lista de verificação de saúde”. Cartões de riscos possuem figuras e palavras descrevendo riscos de saúde e segurança comuns e são colados em áreas de comércio. Estes cartões eram expostos e participantes podiam adicionar qualquer



Foto: L. Alfery, Cartões de risco desenvolvidos durante um exercício de grupo focal com camelôs e vendedores do mercado em Acra, Gana.

um que eles quisessem a coleção. Uma vez que os cartões eram adicionados, os participantes classificavam os mesmos de acordo com a magnitude do problema causado por cada um dos riscos. O objetivo desta técnica era estimular a discussão livre – a classificação final dos cartões era menos importante que a informação obtida durante os debates fervorosos que surgiam no processo de classificação.

A lista de verificação de saúde foi desenvolvida como um método para esboçar a informação dos ferimentos físicos ocorridos no local de trabalho dos participantes. Aparentemente no início do processo de pesquisa parecia que os comerciantes, particularmente em um grupo estabelecido, estavam hesitantes em falar sobre problemas que eles consideravam muito pessoais, especialmente os corporais. A lista de verificação de saúde criava uma forma mais impessoal de conversar sobre estas experiências. O conceito da lista de verificação de saúde no local de trabalho foi explicado aos participantes, que criaram então uma lista de verificação, a diferença seria que ela representaria as doenças e ferimentos comuns dos comerciantes e vendedores ambulantes informais ao invés dos trabalhadores de fábricas e escritórios formais. Esta técnica simples permitiu que os participantes falassem sobre os problemas físicos que eles sofriam de uma forma mais indireta – o foco era transferido das suas experiências individuais de saúde para uma discussão geral dos ferimentos e doenças encaradas pelos comerciantes como um grupo. A orientação menos pessoal resultou em uma discussão muito mais aberta e confortável sobre este assunto no local de trabalho nos mercados.

Além da pesquisa do grupo focal participativo, um mapeamento institucional e um exercício de análise foi feito com intuito de entender melhor a posição das instituições de SSO existentes e o seu potencial em termos de inclusão dos trabalhadores informais. O mapeamento institucional é um processo que produz um inventário e análise de instituições relevantes, agentes principais, parceiros estratégicos potenciais e conexões institucionais importantes em nível internacional, nacional e local. Este exercício também foi usado para identificar outras instituições fora daquelas especificamente relacionadas à SSO que poderiam ter uma influência na saúde e segurança ocupacional dos trabalhadores informais.



Riscos de Saúde e Segurança Importantes sofridos pelos Comerciantes e Vendedores Ambulantes

1. Incêndio

Incêndios são um dos maiores riscos de saúde e segurança sofridos pelos comerciantes em Gana. Durante as sessões de grupo focal, o cartão de risco de incêndio foi colocado no topo ou muito próximo no exercício de classificação. Em maio de 2009, um incêndio dilacerou o maior mercado de Gana, o Mercado Central de Kumasi e estima-se que mais de 400 barracas foram destruídas bem como uma grande quantidade de mercadorias e dinheiro. O Mercado Takoradi também sofreu muitos incêndios devastadores. A culpa dos incêndios é frequentemente atribuída aos vendedores de comida que cozinham utilizando fogo ou aos vendedores de peixe que deixam brasas sob seus peixes durante a noite. Às vezes falhas elétricas podem ser a causa.

Embora os incêndios comecem pequenos, sua gravidade é aumentada por vários fatores como infraestrutura, planejamento e design dos mercados. Muitas barracas são construídas de madeira, o que as torna altamente inflamáveis. O Serviço de Incêndios reclama que o acesso ao mercado está frequentemente bloqueado pela forma com que são colocadas as barracas e mercadorias, levando muito tempo para que os bombeiros cheguem ao incêndio. Uma vez no incêndio, os bombeiros tem dificuldade de acessar a água. De acordo com o Serviço de Bombeiros de Acra, não há hidrantes de fácil acesso na maioria dos mercados públicos de Acra. Ou eles foram cobertos por escombros, barracas e mercadorias ou foram lacrados pelas companhias privadas que controlam o fornecimento de água de Acra. Os mercados públicos de Acra são desprovidos de extintores apesar de que a Regulamentação Nacional de Construções de Gana pede que o governo local forneça extintores para todos os mercados públicos oficiais.

2. Saneamento Básico Ruim

Problemas com saneamento afetam a maioria dos mercados. Sacos plásticos “água pura”, restos de cortes de carne e peixe, casca de frutas, e restos de comida entopem os canos de esgoto dos mercados. Estes canos entupidos tornam-se um lugar de procriação de vetores de doenças, e o cheiro que emana deles pode ser insuportável. Comerciantes de roupa no Mercado de Makola são envenenados próximos a um grande cano entupido, e eles fazem a seguinte reclamação:

O cano é escorado com as borrachas da água pura [pequenos sacos plásticos que contêm água purificada] e outras coisas. Então qualquer hora que viemos aqui o cheiro da sujeira vem e nós comemos, passamos mal... e pegamos malária com frequência... desde janeiro a borracha no cano não é limpa.

O cheiro do cano é tão ruim que antes da visita da equipe de pesquisa em uma das barracas de uma comerciante, ela teve que “espirrar desinfetante pela barraca para reduzir o cheiro.” Se ela não fizesse isso à equipe não aguentaria ficar muito tempo na barraca dela.

Uma grande parte dos problemas de saneamento está relacionada os pontos inadequados de remoção de resíduos dentro dos mercados. A coleta dos resíduos em Gana funciona no sistema de container central, onde grandes containers de resíduos são colocados dentro das áreas do mercado, e é responsabilidade dos comerciantes levar seus resíduos de dentro do mercado para o container. Uma vez que o resíduo está no container, é retirado por uma empresa especializada contratada pelo departamento de gestão de resíduos do governo local.

Os pontos de remoção dos resíduos são geralmente longe das barracas, então muitos comerciantes contratam jovens, conhecidos como *kayabola*, para carregar seus resíduos. Oficiais que trabalham dentro do mercado reclamam que os *kayabola* não carregam os resíduos até o container central, e ao invés disso, eles despejam os resíduos em canos mais convenientemente posicionados. É difícil dizer se esta história é verdade. Entretanto, o fato é que de certa maneira os pontos de remoção oficiais são tão escassos que muitas pessoas, incluindo os comerciantes, clientes, bem como os *kayabola*, preferem jogar seus resíduos no esgoto que carregar para um container distante.

Outros fatores que tornam o saneamento um problema é a falta de trabalho de limpeza pessoal nos mercados e a falta de equipamento adequado de limpeza. No Mercado de Takoradi, por exemplo, a câmara municipal emprega somente três varredores para limpar a grande área do mercado, e estes varredores não trabalham nos finais de semana, quando o mercado está mais movimentado. No Mercado de Makola, os Oficiais de Saúde Ambiental (EHOs sua sigla em inglês) reclamam que são incapazes de dragar os canos entupidos de maneira sustentável e eficaz, porque os departamentos de gestão de resíduos não tem equipamento ou recursos humanos para isso. A comerciante, por outro lado, sente que isto se trata mais de ineficiência e falta de interesse pelo bem estar dos comerciantes por parte do governo local de Acra, a Assembleia Metropolitana de Acra (AMA sua sigla em inglês). Qualquer que seja o caso, o resultado é que se o mercado feminino quer os esgotos limpos, normalmente elas devem pagar do seu próprio bolso por isso. Uma das comerciantes disse o seguinte:



Nós costumávamos coletar dinheiro das mulheres para limpar o esgoto, mas agora quando você pede dinheiro a alguém para isso, a pessoa nem liga para você [não dá a mínima atenção]. Nós pagamos taxas para a AMA todos os dias para manter nossos mercados, mas eles não fazem nada para nós, estamos sofrendo.

Para os comerciantes da Junção Zongo, a situação do saneamento é terrível. A área comercial não é um mercado público oficial, então não há empregados do governo para realizar a limpeza. A gestão de resíduos é responsabilidade de uma das empresas particulares contratadas pela câmara municipal (os comerciantes não sabem exatamente que companhia era). Entretanto, os comerciantes reclamam que os empregados desta companhia não fazem o seu trabalho apropriadamente—eles limpam os resíduos dos esgotos, mas ao invés de removê-los, depositam tudo na beira da rua perto de onde os comerciantes vendem suas mercadorias. De acordo com os comerciantes, isto tende a acontecer nos dias mais movimentados do mercado, e reivindicam que a poluição ambiental e o cheiro que emana do depósito espantam seus clientes:

Uma coisa que é particularmente importante para mim é o péssimo ar que respiramos aqui. ... Nosso dinheiro é afetado por este ar também. Nós trabalhamos no mercado nas quartas e sábados. Eles [os empregados da companhia de gestão de resíduos] não aparecem em dias comuns, eles nesses dias. Eles esperam até que nossa atividade comercial esteja no ponto máximo, e então eles vem para remover os resíduos dos esgotos e colocam tudo bem ao nosso lado.

Os comerciantes da Junção Zongo também se preocupam sobre o efeito que este ambiente sujo causa aos seus filhos, que passam boa parte do seu tempo após a escola no mercado:

Quando nossas crianças voltam da escola elas ficam conosco no mercado até fecharmos a noite, então elas também são afetadas... O ambiente imundo pode ser suportado por nós, mas os nossos filhos brincam no chão e comem perto e isto pode fazer com que fiquem doentes. Preocupamos-nos com cólera e malária.

De acordo com os comerciantes, os empregados da companhia de gestão de resíduos só removem os resíduos da área de comércio se eles pagarem dinheiro extra para eles – [GH¢ 8 (US \$6)— em um exemplo dado pelos comerciantes]. Dessa forma, de acordo com um comerciante, os empregados da companhia são capazes de aumentar seus salários com os comerciantes arcando com isso:

Se vocês irem até onde vendemos, existe uma pessoa que foi empregada por [uma famosa empresa de gestão de resíduos], que tem varrido nossa área. Após varrer ele coloca tudo em um saco próximo a nós. Então ele vem pegar dinheiro extra para que possa limpar os resíduos. Se eu mostrar os detritos que foram empilhados debaixo da

mesa que eu vendo, não caberia em um caminhão da Kia. Eles [os empregados das companhias de gestão de resíduos] fazem isso por dinheiro extra.

Os problemas de saneamento nos mercados também são aumentados pela falta de acesso à água corrente e pelas instalações de banheiros inadequadas. Muitos dos comerciantes reclamam que os banheiros públicos localizados nos mercados ou perto deles são impossíveis de serem usados. Como consequência, os comerciantes são forçados a pagar para usar banheiros particulares, que mesmo assim não são insalubres. A falta de acesso livre a água corrente torna a situação ainda pior – comerciantes tem que pagar por tanques de água onde podem coletar água, ou tem que comprar sacos de “água pura” dos vendedores. Todos os comerciantes entrevistados reclamaram que sofrem constantemente de diarreia, colocam a culpa na condição insalubre do mercado, seus banheiros, e na comida preparada neste ambiente sem condições higiênicas.

3. Insegurança das Pessoas e Mercadorias

A falta de luz adequada em muitas áreas do mercado e a presença de elementos criminosos diminui o senso de segurança física dos comerciantes no seu local de trabalho. No Mercado de Takoradi, o incêndio destruiu boa parte da infraestrutura elétrica do mercado, o que significa que não há energia para os comerciantes. As comerciantes de Takoradi disseram que a falta de luz era um problema, pois fazia com que elas se sentissem inseguras antes do nascer do sol e ao anoitecer.

Uma falta de segurança e lugares de armazenagem insuficientes pode significar também que a segurança dos salários dos comerciantes está ameaçada. No Shopping Center para Pedestres, por exemplo, a AMA prometeu que um armazém de estocagem seria construído perto do mercado. Ele foi construído, mas a AMA vendeu por interesse particular, o que significa que os comerciantes não podem usá-lo. Os comerciantes tem que armazenar suas mercadorias em suas barracas à noite, isso os preocupa muito, particularmente por conta da presença de ladrões nos mercados. Como disse um comerciante, “nós somos as pessoas que dormem menos em Gana... com todas as suas coisas no mercado sem segurança como você pode dormir?”

4. Assédio dos Oficiais Locais

O assédio dos oficiais é algo que os comerciantes de rua da Junção Zongo vivenciam de forma regular. Embora muitos paguem uma taxa anual de licença para o governo local, o que dá a eles o direito de comercializar nas áreas de comércio não oficiais, esta licença não previne a destruição de suas mercadorias durante exercícios do governo de “descongestionamento” onde “ambulantes” e suas mercadorias são removidas da beirada das ruas. De acordo com os comerciantes da Junção Zongo, os oficiais não fazem diferença entre os comerciantes de rua que pagaram suas licenças, dos que não pagaram – o resultado é que os comerciantes de rua “oficiais” são tratados da mesma



forma que os “comerciantes” sem licença e estão sujeitos ao mesmo assédio físico dos oficiais. Este assédio físico pode variar de mercadorias destruídas até lesão corporal e prisão.

5. Efeitos Físicos e Psicológicos

Durante a discussão sobre os assédios sofridos pelos comerciantes, uma variedade de efeitos físicos dos ambientes de trabalho inseguros e insalubres surgiu. Quadro 1 detalha alguns dos mais proeminentes efeitos físicos do trabalho dos comerciantes. Estes efeitos incluem doenças relacionadas ao saneamento ruim tais como malária e diarreia, dores musculoesqueléticas, desidratação, e dores de cabeça. É interessante notar a forma em que certas condições físicas são descritas em uma maneira local única. Por exemplo, dor na parte inferior das costas é conhecida como “dor na cintura”, desidratação é referida como “redução de água” e stress relacionados com problemas mentais são referidos com frequência como “mente desorganizada”.

É importante notar que as condições do trabalho não tem somente um efeito físico nos comerciantes já que também existem repercussões psicológicas. Estresse e preocupação, conhecidos em Gana como “pensar demais”, são as principais preocupações dos comerciantes que enfrentam uma luta constante para sobreviver em um contexto onde a burocracia é insuportável, onde o empréstimo é difícil e caro, onde os serviços básicos essenciais devem ser pagos além de altos impostos e taxas já pagas, e onde o ambiente econômico é em geral pobre. Uma comerciante do mercado de Makola vê isso desta forma

Sim, agora quando eu ando eu fico tonta, porque tenho que vir ao mercado e comprar mercadorias a prazo de alguém para vender... Eles virão atrás do dinheiro no final do dia. Talvez você carregue alguma coisa por aí para vender, mas nem sempre alguém compra [suas mercadorias]. Você paga a passagem do ônibus, paga a taxa do mercado, e as crianças em casa precisam comer. Aqui em Acra nada é de graça – mesmo quando você precisa ir ao banheiro [custará] GH p10. Se você está passando mal e precisa ir ao banheiro tem que pagar GH p20, e se você vai cinco vezes é GH ₵1! Sua passagem de ônibus, alimentação, e quase tudo... Todas estas (questões) nos trazem muita preocupação.

Quadro 1:

Resultados do exercício da Lista de Verificação de Saúde³

Lista de Verificação de Saúde para os Comerciantes

- a. “Redução de água no corpo” (desidratação por ficar no sol)
- b. Dores de cabeça (da fumaça de carros, pó, calor e “pensar demais”)
- c. “Dor na cintura” (parte inferior das costas por longo período de tempo sentado durante o dia e carregamento de cargas pesadas)
- d. Dor nas costas (parte superior)
- e. Dor no pescoço (por se inclinar nas mercadorias para limpá-las e/ou classificá-las)
- f. “Mente desorganizada” (depressão/estresse)
- g. Diarreia (por comer a comida preparada em áreas onde não há higiene)
- h. Vômitos (por comer comida estragada)
- i. Aumento da pressão sanguínea e palpitações (por “pensar demais”)
- j. Malária (procriação de mosquitos nas pilhas de sacos de detritos, os esgotos entupidos e poças d’água estagnadas)
- k. Febre e tontura (do forte calor)
- l. Infecções vaginais (dos banheiros sujos)
- m. Infecções da pele e unhas (por lidar com sapatos usados contaminados por pessoas com “pé podre”)
- n. Dor nas costelas e peito (por gritar por longos períodos para vender os produtos)
- o. Dor no pescoço e ombros (por carregar coisas pesadas)
- p. Dor no braço (por carregar coisas pesadas – este é um problema particular para os vendedores de peixe que carregam grande quantidade de peixes para vender na rua)
- q. Vista embaçada (por trabalhar com fogo)
- r. Problemas respiratórios (por trabalhar com fogo)
- s. Problemas nos joelhos (por ter que sentar e levantar várias vezes durante o dia)

³ O exercício da Lista de Verificação de Saúde foi feito em dois dos grupos de discussão focal, um grupo consistia principalmente de vendedores de sapatos, e o outro consistia de um grupo de mulheres comerciantes, onde muitas trabalhavam com comida. A lista de verificação resultante é uma combinação da lista de verificação de ambos os grupos.



Abordando os Riscos de Saúde e Segurança para os Comerciantes Informais: O Contexto Institucional

A análise institucional realizada em Gana revelou que instituições de SSO oficiais que operam amplamente em nível nacional são limitadas em escopo e são severamente subfinanciadas. Embora a última legislação de Gana – a Lei Trabalhista de 2003—inclui alguns grupos de trabalhadores informais⁴ (não todos) nas suas cláusulas de Saúde e Segurança Ocupacional, está claro que as instituições de SSO nacionais que existem agora pode fazer pouca coisa em termos de implementação destes compromissos.

O Departamento de Inspeção de Fábricas (DFI sua sigla em inglês) é a agência de SSO no país e ainda opera com as Leis desatualizadas das Fábricas, Escritórios e Lojas de 1970, que limita o seu mandato para cobrir os trabalhadores naqueles locais de trabalho. O DFI também tem capacidade de recursos humanos e financiamento limitados. Possui escritórios em somente cinco das dez regiões de Gana, o que significa que cada escritório tem que cobrir aproximadamente duas regiões. Em 2003, havia somente 25 funcionários técnicos para servir o país inteiro, com dez funcionários servindo Acra. Inspetores são limitados na sua habilidade para inspecionar as premissas de trabalho por uma falta de transporte—o DFI possuía apenas três veículos em 2003 (Tettey 2003). O Departamento inteiro só tem um fax e um computador - ambos localizados em Acra.

Sob as atuais circunstâncias, está claro que o DFI seria amplamente incapaz de incorporar os trabalhadores informais no seu mandato sem maiores mudanças na legislação e nos recursos. Enquanto defensores em Gana lutam contra uma mudança na legislação, uma falta de vontade política por parte do governo parece ser o maior obstáculo. Isto não significa, entretanto, que a SSO para os trabalhadores informais em Gana não é institucionalmente possível. Os resultados de ambos os exercício de mapeamento e as discussões de grupo focal mostram claramente que existem instituições no nível de governo local que tem o mandato e habilidade de melhorar as condições de trabalho dos mercados informais e vendedores ambulantes:

- Departamentos de saúde pública e ambiental que são responsáveis pelo saneamento e limpeza em mercados e beira de ruas;

⁴ A Lei Trabalhista de 2003 inclui proteções para trabalhos temporários e casuais e deve se aplicar a todos os trabalhadores e empregados em Gana independente de seus status como trabalhadores formais/ informais. Entretanto, tarefeiro, trabalhadores de meio período, arrendatários, aprendizes, e pessoas que trabalham menos que uma média de 24 horas por semana são explicitamente excluídos dessas proteções da Lei.

- Departamentos de gestão de resíduos que são responsáveis pela remoção em conjunto com companhias de remoção de resíduos subcontratadas;
- Serviços de incêndio que forneçam serviços de bombeiro, workshops de educação de segurança nos incêndios para os comerciantes, e realização de inspeções de incêndio nos mercados antes do fechamento para garantir que nenhuma chama fique acesa;
- Departamentos de segurança que forneçam segurança pessoal aos mercados oficiais;
- Departamentos de trabalho que sejam responsáveis pela manutenção da infraestrutura de propriedade do governo, tais como banheiros públicos e do mercado, e pelo fornecimento de equipamento adequado contra incêndios tais como extintores nos mercados; e
- Departamentos de planejamento que são incumbidos de monitorar, administrar e determinar as políticas em relação ao uso da terra e todos os desenvolvimentos físicos – eles controlam o trabalho de construção, drenagem e saneamento, o fornecimento de eletricidade, e tem o poder de remover ou “forçar a diminuição de obstruções e obstáculos” em áreas públicas.

Estava claro ainda nas discussões do grupo focal que estas instituições não estão sendo eficazes na manutenção de um ambiente de trabalho aceitável para muitos comerciantes: o saneamento e remoção de resíduos em mercados e beiradas de rua são ruins; a infraestrutura nos mercados é insuficiente e/ou inapropriada; equipamento de combate a incêndios não está disponível; uma falta geral de segurança existe em muitas áreas de mercado; os vendedores ambulantes licenciados estão sujeitos ao assédio físico dos oficiais. Enquanto muito disso tem a ver com uma falta geral de recursos nos departamentos locais, ainda tem problemas institucionais que pioram a situação.

1. Falta de Coordenação Horizontal entre os Departamentos do Governo Local

Como notado acima, vários departamentos do governo em Acra tem jurisdição sobre vários elementos de saúde e segurança nos mercados e nas beiradas de ruas, incluindo Saúde Pública e Ambiental, Serviços de Incêndio, Serviços de Segurança, Departamentos de Trabalho e o Departamento de Gestão. Ainda, entrevista com oficiais importantes revelaram que o nível da coordenação e informação horizontal que são compartilhados entre estes departamentos é muito baixo. Os Serviços de Incêndio, por exemplo, sabiam que não eram responsáveis pelo fornecimento de extintores nos mercados, mas não eram capazes de dizer qual departamento era de fato responsável por isso. Esta falta de coordenação prejudica que a AMA desempenhe uma função mais integrada de saúde e segurança.



2. Alinhamentos Verticais Problemáticos entre o Governo Local e o Nacional

Um problema com o alinhamento vertical de departamentos do governo nacional é também evidente. Isto é particularmente relacionado com o Departamento de Saúde Ambiental e Pública da AMA, que foi removido do Ministério da Saúde (MoH sua sigla em inglês) e colocado no Ministério do Governo Local. O resultado desta mudança foi a marginalização da SoA (Saúde ocupacional e ambiental), que não pode acessar o treinamento, equipamento e serviços que outros profissionais da saúde tem acesso sob a jurisdição do MoH. De acordo com uma SoA trabalhando para a AMA, a SoA da AMA não participa do workshop de treinamento de saúde ambiental há mais de três anos. Estes tipos de workshops são fornecidos pelo MoH para seus funcionários, mas por causa das SoAs agora são realizados por um ministério que não oferece este tipo de treinamento, eles são incapazes de acessar este recurso. Outro problema é que SoAs são geralmente treinadas em várias Escolas de Higiene de Gana. As escolas estão sob jurisdição do MoH. Devido ao fato de que o MoH não emprega os formados nestas Escolas (que vão ser empregados pelo Ministério do Governo Local), o MoH tende a focar sua energia e recursos em outro lugar. Como consequência, as Escolas de Higiene tem sido negligenciadas em termos de recursos e melhorias e atualização de currículo.

Outros problemas existem em consideração ao relacionamento entre o Ministério do Governo Local e os departamentos de saúde ambiental e pública. O mais importante destes problemas é a falta de guias políticos para a Política de Saneamento Ambiental nacional e a falta de leis de saneamento ambiental. A Política de Saneamento Ambiental de 1999 foi revisada em 2008, mas não foram produzidos guias para a implementação da política. Isso significou que os governos locais tem sido incapazes de aplicá-la. Talvez uma preocupação ainda maior seja a falta de leis de saneamento ambiental. Embora o Ministério do Governo Local e Desenvolvimento Rural tenha produzido um modelo estabelecido de leis de saneamento ambiental em 2003 que era distribuído nos governos locais para ser adaptado de acordo com a circunstância local, a adaptação ainda não foi feita por muitas assembleias (entrevista, Ministério do Governo Local). Mesmo a AMA, que é provavelmente o governo mais bem estabelecido no país, não desenvolveu um conjunto de leis específicas ou compreensivas de saneamento ambiental embora a provisão para saúde ambiental seja feita nos estatutos existentes de 1995. Entretanto, o fato que permanece é que muitos outros governos locais menos estabelecidos em Gana simplesmente não tem leis de saúde ambiental. Isto significa que muitas SoAs estão operando sem guias claros sobre o que devem regulamentar e impor.

3. Falta de Comunicação Institucionalizada Entre o Governo Local e os Comerciantes

Em Acra, não há plataformas institucionalizadas de fácil acesso para estabelecer comunicação construtiva entre os comerciantes e o governo local. Como consequência dessa falta de plataformas, a comunicação é ruim, e isto tem contribuído para o desenvolvimento de um relacionamento antagônico entre os dois grupos. De um lado, os comerciantes enxergam o governo local como uma instituição amplamente opressiva e irresponsável. De outro lado os oficiais do governo local enxergam os comerciantes como incômodos ou como seção hostil de intenção pública de “sabotar” a imagem do governo local. Este sentimento certamente contribuiu para o nível de assédio sofrido pelos comerciantes de rua. Parece haver pouca compreensão de que trabalhando em cooperação um com o outro seria melhor para ambos os lados.

Em termos de SSO especificamente, uma falta de conversa adequada com os comerciantes resultou em regras inapropriadas de saúde e segurança e regulamentos que serviram na verdade para aumentar os riscos no local de trabalho para os trabalhadores. Por exemplo, durante a construção do Shopping Center para Pedestres no centro de Acra, a AMA decidiu que a eletricidade não seria fornecida para os comerciantes nas suas barracas – a razão para isso era o risco de um incêndio já que as barracas eram de madeira. Os comerciantes não foram consultados sobre esta decisão, e eles reclamaram amplamente sobre isso durante as discussões de grupo focal. Eles argumentaram que a falta de energia aumenta o risco de crimes, e faz com que se sintam pessoalmente inseguros quando a noite chega. Como eles disseram, “nós não temos luz aqui – não há eletricidade. Apenas imagine, você deixa suas mercadorias aqui a noite e não há luz. Todo lugar que é escuro tem crime.” Além disso, vários comerciantes agora estão utilizando recursos de energia ilegais – algo que torna os riscos de incêndio ainda maiores nos mercados.

4. Má disseminação de Informação Pública

Informações como leis, políticas, regulamentos e estatutos que deveriam estar disponíveis ao domínio público e acessível aos comerciantes são frequentemente difíceis de serem obtidas. Má disseminação de informações tem implicações reais para as associações de comerciantes nas suas tentativas de defender melhores condições. Tornou-se claro que durante as discussões de grupo focal que a maioria das associações de comerciantes tinha pouca ideia sobre quais eram os regulamentos em suas áreas de trabalho e sobre quais eram seus direitos em relação ao governo local e nacional. Além disso, as associações não eram bem informadas sobre a estrutura e funções do governo local. Os comerciantes entendiam que a AMA era uma entidade monolítica e que não cooperava quando de fato é feita de muitos departamentos e divisões diferentes, dos quais alguns podem ser mais receptivos as necessidades dos comerciantes e outros não.



Sem essa informação, existem poucas oportunidades para que as associações lancem programas de defesa sustentáveis, bem informados e bem direcionados. Os Comerciantes do Mercado de Makola, por exemplo, tem tentado pressionar o Serviço de Incêndios para que eles forneçam extintores para o mercado, que é propriedade da AMA. A campanha, no entanto não obteve êxito, e as mulheres colocam a culpa disso na falta de receptividade do governo local. Entretanto, em um exame mais profundo, está claro que os Comerciantes do Mercado de Makola executaram a campanha sem acesso a duas peças vitais de informação: primeiro, a AMA deve *por lei* fornecer extintores para todos os seus prédios públicos sob a Regulamentação Nacional de Construções; e segundo, é responsabilidade do Departamento de Trabalho do Metro fornecer estes extintores, não àqueles do Departamento de Incêndios. Sem acesso a esta informação, os Comerciantes de Makola eram incapazes de insistir nos direitos legais dos comerciantes sobre os extintores, e nem direcionar sua campanha de forma eficaz concentrando a defesa nos Departamentos de Trabalho—não no Departamento de Incêndios. Embora o fato de ter acesso a essa informação não garantisse necessariamente uma resposta positiva, certamente teria fortalecido a campanha dos comerciantes.

5. Regulamentação Insuficiente de Serviços Privatizados

Instituições governamentais locais geralmente não possuem poder regulamentar suficiente sobre firmas privadas subcontratadas para garantir que a saúde e a segurança dos comerciantes não sejam comprometidas pelas atividades e políticas de tais firmas. Por exemplo, companhias particulares de água em Acra vedaram hidrantes localizados em mercados públicos para prevenir o “roubo” de água. De acordo como os Oficiais de Incêndio, a falta de acesso aos hidrantes nos mercados é uma das razões pela qual os incêndios se tornaram maiores e mais destrutivos.

A remoção de resíduos é outro serviço urbano que tem sido privatizado em Acra. Os Departamentos de Gestão de Resíduos em teoria são responsáveis por regulamentar e monitorar o desempenho destas companhias. Entretanto, como mencionado anteriormente, estes departamentos tem poucos recursos e são em prática incapazes de desempenhar esta função de forma eficaz. Como descrito anteriormente, para os vendedores ambulantes na Junção Zongo, a privatização da remoção de resíduos levou os comerciantes a arcar com custos imprevistos—como os empregados da companhia de gestão de resíduos usando sua posição para conseguir mais dinheiro dos comerciantes.

Enquanto os comerciantes tentaram reclamar desse problema aos oficiais, parece que mais uma vez a falta de informação dificultou o processo. Primeiro, os comerciantes não tinham certeza nem mesmo de qual era a companhia responsável por limpar a sua área. Segundo, eles pareciam inconscientes que suas reclamações deveriam ser dirigidas ao Departamento de Gestão de

Resíduos, que é legalmente responsável pelas companhias de gestão de resíduos. Neste caso, fica a dúvida se o Departamento de Gestão de Resíduos está ciente do que está acontecendo já que certamente não possui os recursos humanos para monitorar o desempenho das companhias neste momento.

Conclusão

A pesquisa mostrou que o mercado informal e os vendedores ambulantes em Acra enfrentam um grande número de riscos de saúde e segurança ocupacional, o que pode ter significativo impacto físico e psicológico nos mesmos. Sugeriu-se também que as instituições dos governos locais são a chave para melhorar as condições de trabalho dos comerciantes, ainda que a forma com que as instituições funcionam no momento está prevenindo os mesmos a melhorar as condições de trabalho de forma eficaz.

Mudança institucional sustentável não é algo que pode acontecer instantaneamente. Ao contrário, é um processo de longo prazo que envolve inúmeros subprocessos, tais como melhor compreensão da história, políticas, e o microfuncionamento das instituições, contratando pessoas interessadas em níveis diferentes, diálogos políticos eficazes, realizar a vontade política e assim vai. Neste caso, não há solução em curto prazo para os problemas institucionais inerentes na provisão de SSO para os trabalhadores informais em Gana – isto só pode surgir através de esforço sustentável e tempo.

Contudo, este pequeno estudo tem, através de profundas conversas com os comerciantes, dado percepções para formas potenciais para catalisar um processo de mudança institucional. Identificou a maioria dos riscos de saúde e segurança enfrentados pelos comerciantes bem como alguns dos maiores problemas institucionais na extensão da SSO para este grupo ocupacional. Portanto, isto representa uma das primeiras fases no processo da mudança institucional—que é entender o que são os problemas institucionais recentes. Esta informação será obtida futuramente com os estudos qualitativos e quantitativos dos riscos e perigos da saúde e as questões institucionais envolvidas.

Segundo, o estudo identificou uma área onde a intervenção direta é possível atualmente – a melhoria da disseminação de informação para as associações de comerciantes. Como uma consequência das descobertas desta pesquisa, a WIEGO, em conjunto com o Instituto para Estudos Governamentais Locais em Acra, está atualmente realizando uma série de workshops



para equipar os comerciantes com informações necessárias sobre, leis e políticas bem como habilidades de negociação e defesa necessárias para fazer uma campanha mais eficaz por melhores condições de saúde e segurança nos seus locais de trabalho. Em termos de mudança institucional, pressão que vem de baixo é tão importante quanto a que vem de cima, – mas sem informação adequada, pressão de baixo não pode ser eficaz.

Referências

- Atim, C., L. Fleisher, L. Hatt, S. Masau, e A. Arur. 2009. “Universal Access to Quality Health Services: Improve Maternal, Neonatal and Child Health.” Documento apresentado na Quarta Sessão da Conferência da União Africana dos Ministérios da Saúde, Addis Ababa, Etiópia, 4-8 de maio de 2009.
- Avotri, J. Y. e Walters, V. 1999. “You just look at our work and see if you have any freedom on earth:’ Ghanaian women’s accounts of their work and health.” *Social Science and Medicine [Medicina e Ciência Social]* 48: 1123-1133.
- Banco Mundial. 2009. *World Development Report 2009: Selected Indicators. (Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2009: Indicadores Seleccionados)*. Washington DC: Banco Mundial.)
- Banco Mundial. “African Development Indicators Online.” *Disponível online em <http://www.worldbank.org> (acessado em 15 de janeiro de 2009)*.
- Chen, M.A. 2002. *Work and the Working Poor: The Missing Link in the Globalisation Debate*. Cambridge, Massachusetts, EUA: WIEGO.
- Cooper, F. 1996. *Decolonization and African Society: The Labor Question in French and British Africa*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ghana Statistical Services. 2008. *Ghana Living Standards Survey: Report of the Fifth Round (GLSS 5)*. Acra: Ghana Statistical Service.
- Gyapong, J., B. Garshong, J. Akazili, M. Aikins, I. Agyepong, F. Nyonator. 2007. “Critical Analysis of Ghana’s Health System with a focus on equity challenges and the National Health Insurance.” *SHIELD Workpackage 1 Report*.
- Heintz, J. 2005. *Employment, Poverty, and Gender in Ghana. Working Paper Series No 92*. University of Massachusetts, Amherst: Political Economy Research Institute.

Hill, A., R. Darko, J. Seffah, R. Adanu, J. Anarfi, and R. Duda. 2007. "Health of urban Ghanaian women as identified by the Women's Health Study of Acra." *International Journal of Gynaecology and Obstetrics*, 99: 150-156.

Lund, F. e A. Marriot, 2005. *Occupational health and safety for the poorest*. Final report of a consultancy for the Department of International Development. Durban: School of Development Studies, University of KwaZulu-Natal.

Lund, F. e J. Nicholson. (eds.). 2003. *Chains of production, ladders of protection: Social protection for workers in the informal economy*. Durban: School of Development Studies, University of Natal.

Mock, C., S. Adjei, F. Acheampong, L. Deroo, K. e Simpson. 2005. "Occupational Injuries in Ghana." *International Journal of Environmental Health*, 11: 238-245.

Nuwayhid, I.A. 2004. "Occupational Health Research in Developing Countries: A Partner for Social Justice." *American Journal of Public Health*, 94 (11).

Organização de Saúde Mundial. 2008. *World Health Statistics 2008*. Genebra: Organização de Saúde Mundial.

Robertson, C. 1983. "The Death of Makola and Other Tragedies." *Canadian Journal of African Studies*, 17(3): 469-495.

Tettey, S. 2003. "Occupational safety and health policy and legislation in Ghana - a stakeholders' workshop report." *African Newsletter on Occupational Health and Safety*, 13(1).



Sobre a WIEGO: Mulheres no Trabalho Informal Globalizando e Organizando é uma rede global de pesquisa-políticas- ação que procura melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores pobres, especialmente mulheres, na economia informal. WIEGO constrói suas alianças ou aferece afiliação junto a: associações de trabalhadores informais, pesquisadores e estatísticos que estudam a economia informal e profissionais de agências de desenvolvimento interessados na economia informal. A WIEGO procura atingir seus objetivos ao ajudar a construir ou fortalecer redes de organizações de trabalhadores informais; realizando análises de políticas, pesquisas estatísticas e análise de dados sobre a economia informal, fornecendo aconselhamento político e viabilizando diálogos sobre políticas focadas na economia informal, documentando e disseminando boas práticas de suporte à força de trabalho da economia informal. Para mais informações, veja: www.wiego.org.